



Inclusão – Educação e Autodeterminação

APPC COIMBRA
Coimbra, 28 de Setembro, 2013

Inclusão: Prática e Política 1º Painel



filomena.pereira@dge.mec.pt

De onde partimos ... onde chegamos

Anos 70

Escolas especiais criadas por associações de pais;
Primeiras experiências de integração.

Anos 60

Instituições de assistência da responsabilidade do Ministério da Segurança Social.

Anos 80

Ponto de viragem
Lei de bases:
Ministério da Educação responsável pela política e pela coordenação da educação especial.

Anos 90

Lei 1991
Extensão da escolaridade obrigatória a alunos com necessidades especiais.

Anos 2000

Lei sobre acessibilidade (2006, 2012)

DL e Lei sobre apoios especializados (2008)

DL sobre Intervenção Precoce (2009)

PAIPDI (2006-2009)

Estratégia Nacional para a Deficiência (2011-2013)



Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

Assinou: 30 Maio 2007

Ratificou a Convenção: 30 Julho 2009

Ratificou o Protocolo Opcional: 30 Julho 2009



Artigo 24º

Os estados parte asseguram uma educação “**adequada e inclusiva**” a todos os alunos com necessidades especiais.

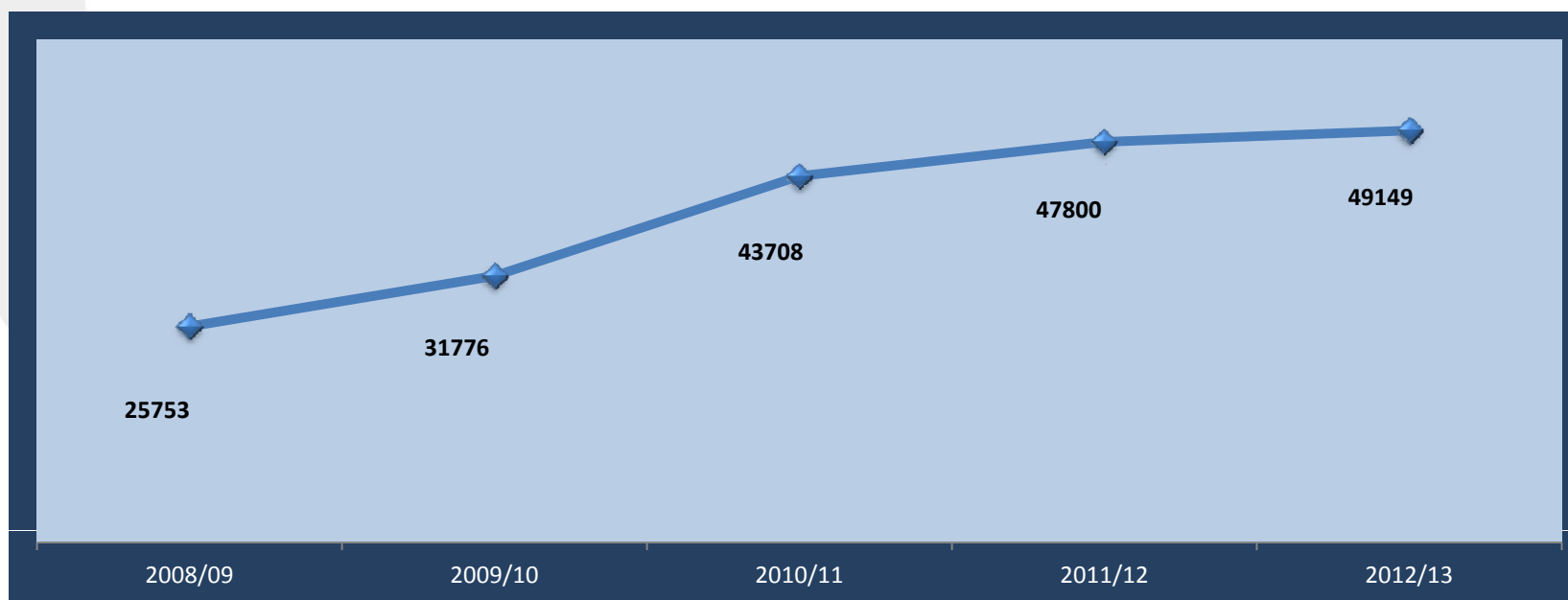


GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Uma Reflexão sobre os Dados

Alunos com PEI *Dados Evolutivos*



Fonte: DGE



GOVERNO DE
PORTUGAL

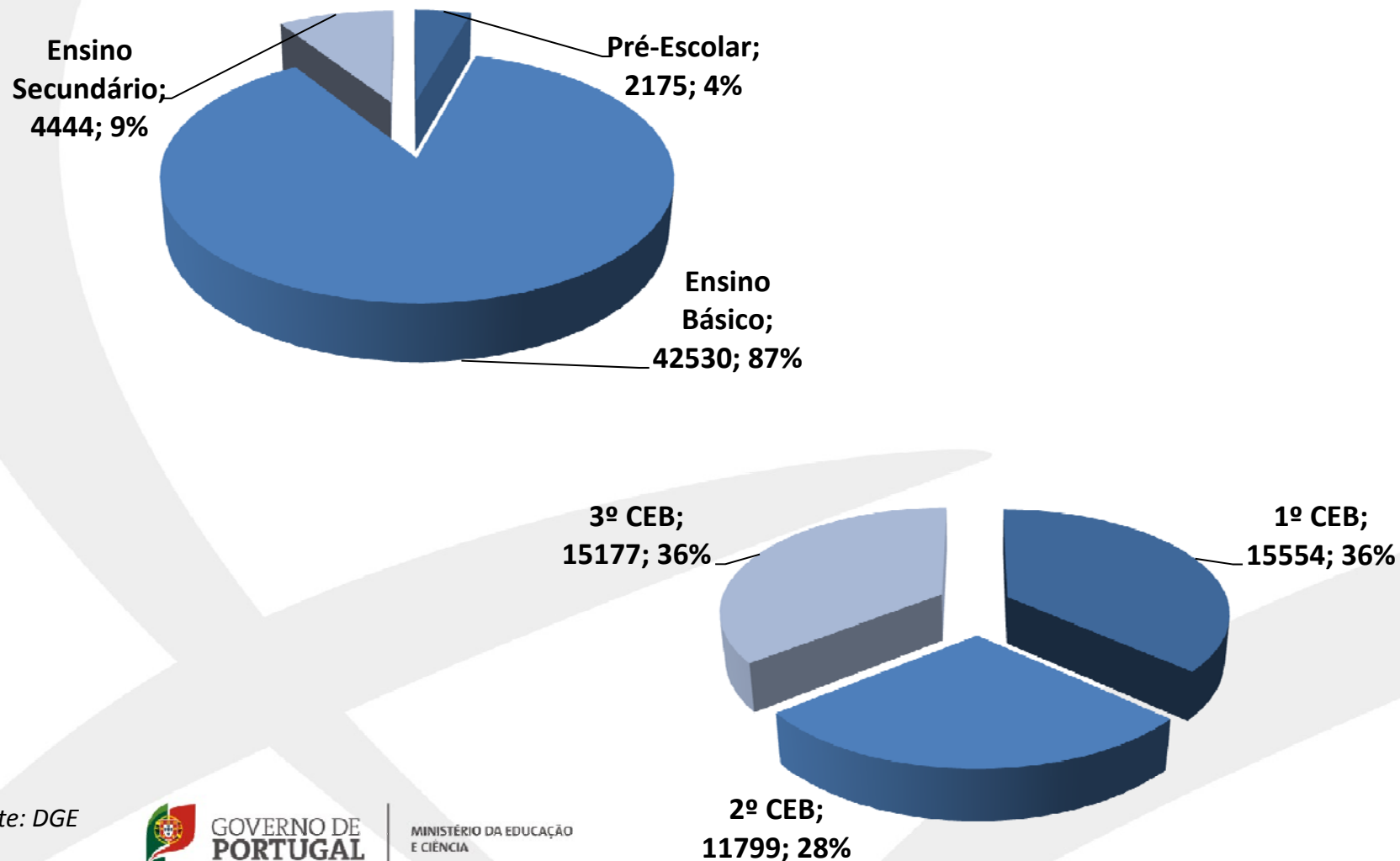
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Indicadores 2013

População escolar	1.213.648
N.º de crianças/alunos com PEI	49.149 (4%)
N.º de alunos com apoio em unidades especializadas	3.221 (0,26%)

Alunos com PEI por Nível de Ensino



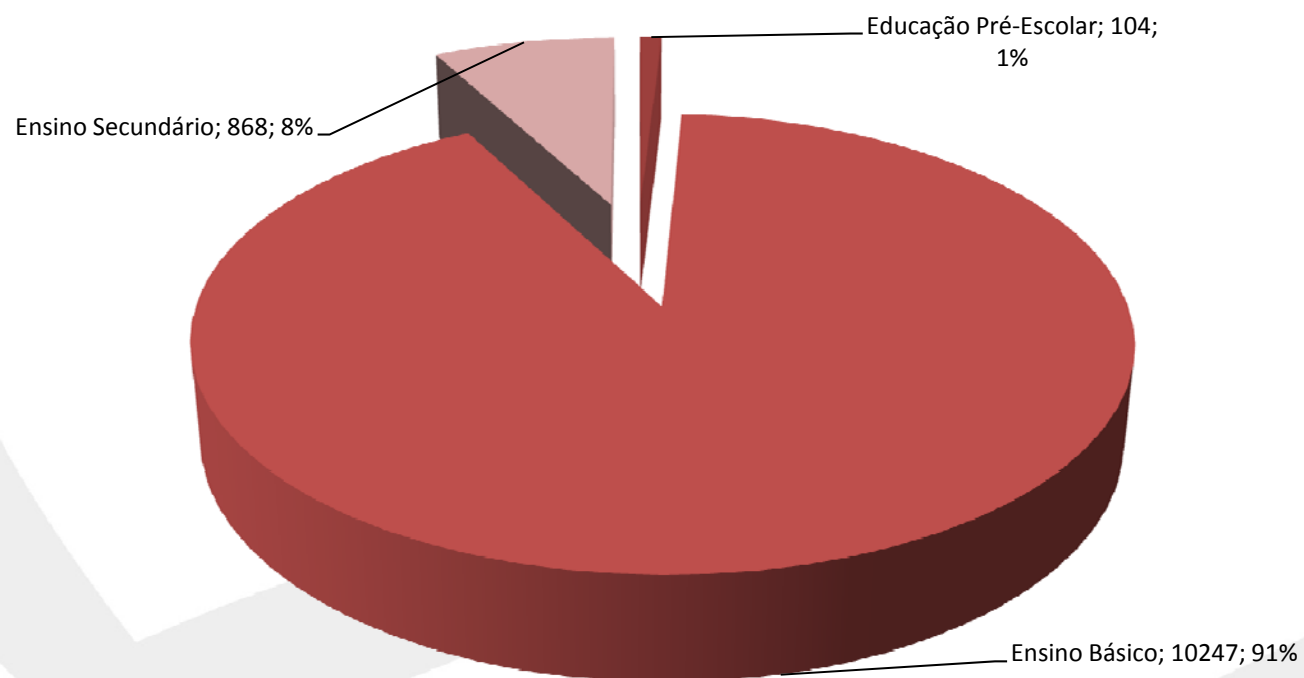
Fonte: DGE



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Alunos com CEI por Nível de Ensino



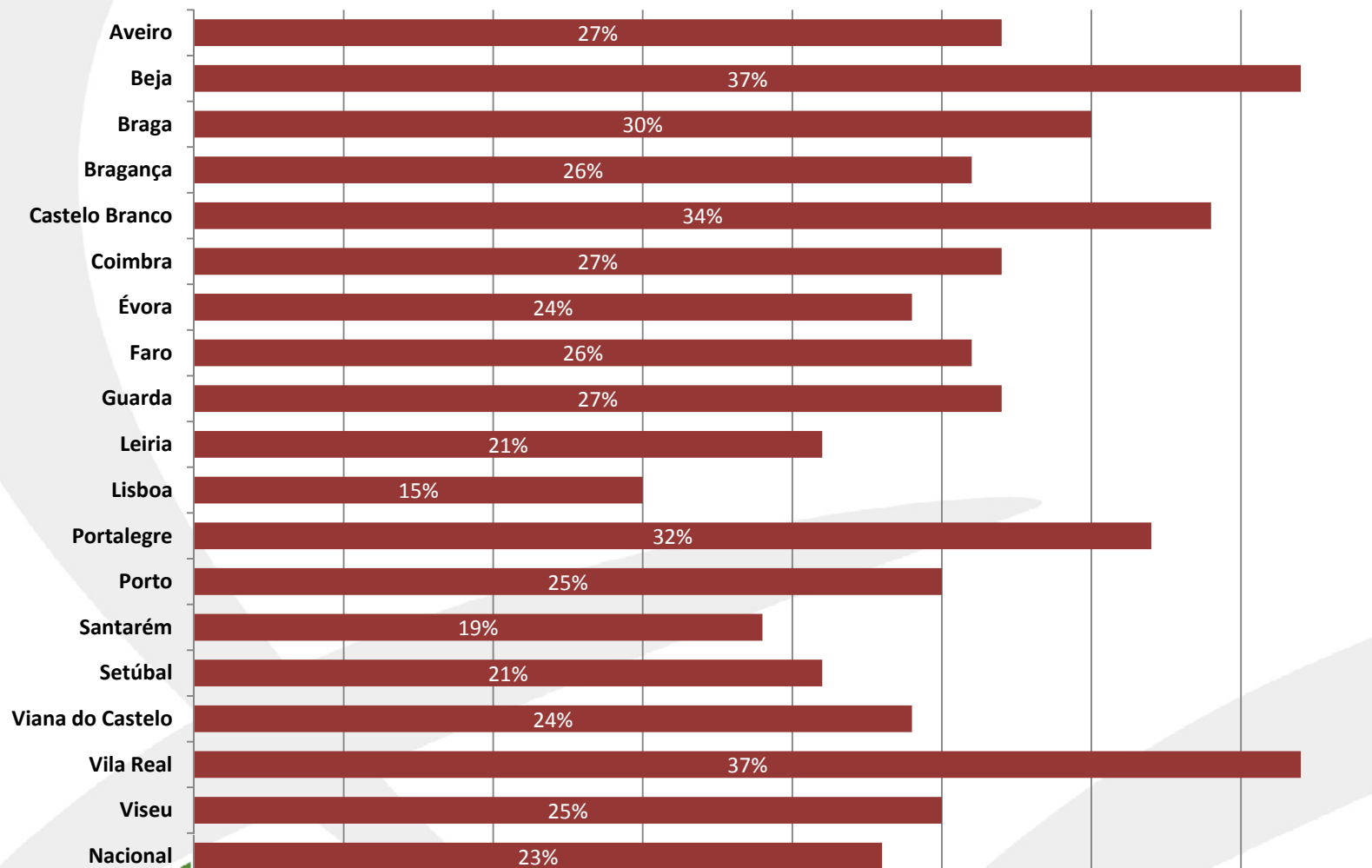
Fonte: DGE



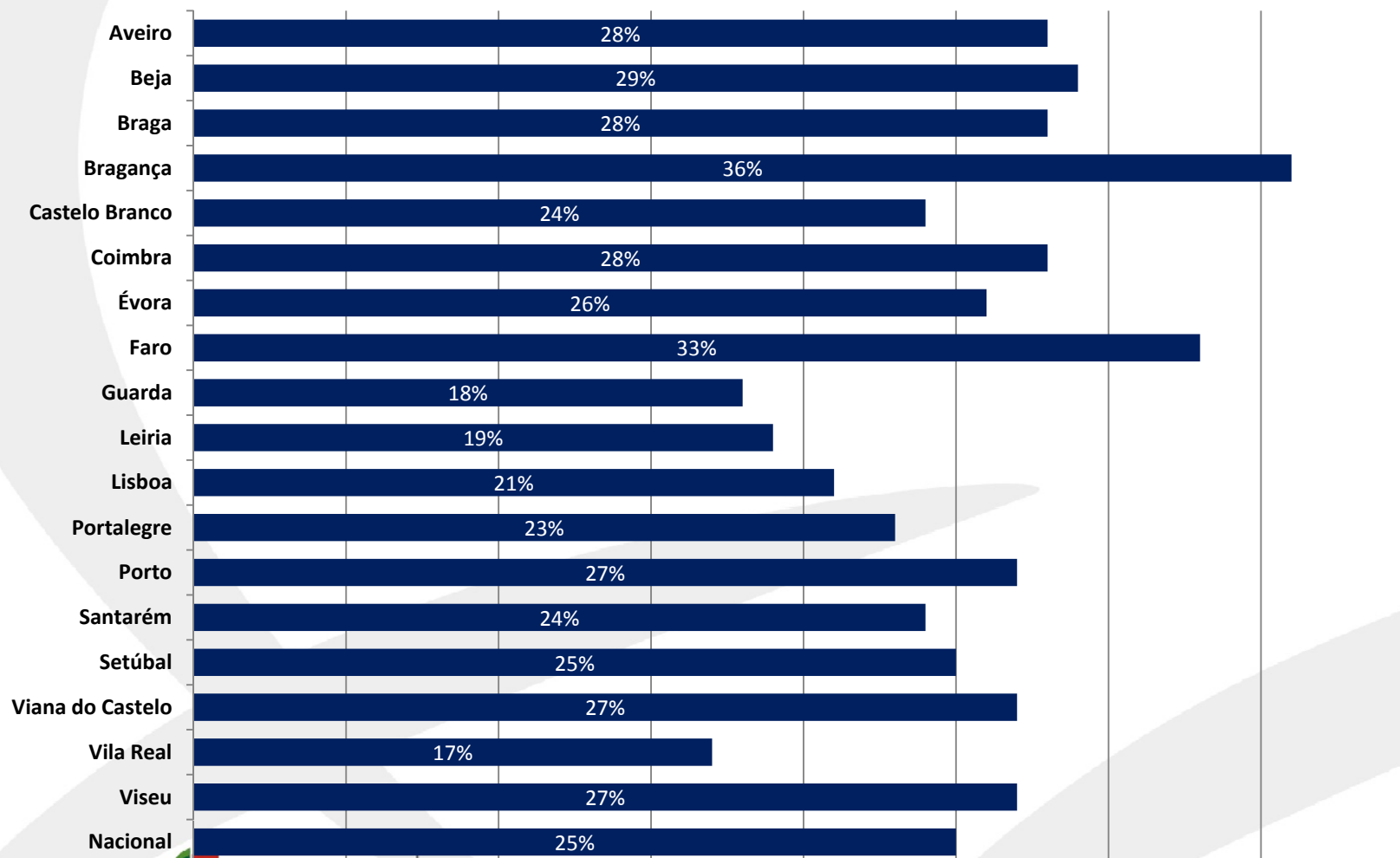
**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Alunos com CEI por Distrito



Alunos com PIT relativamente aos Alunos com CEI



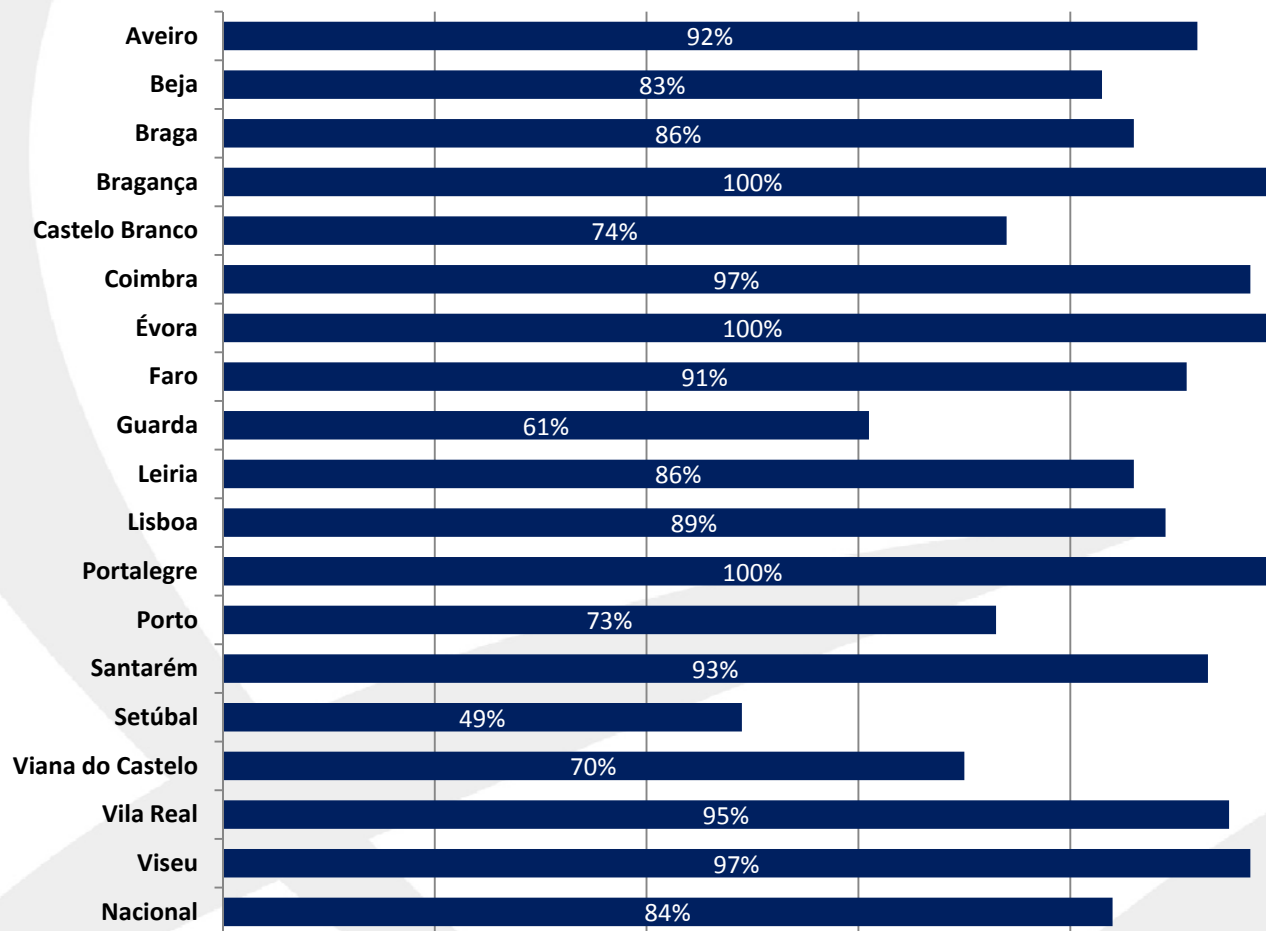
Fonte: DGE



GOVERNO DE
PORTUGAL

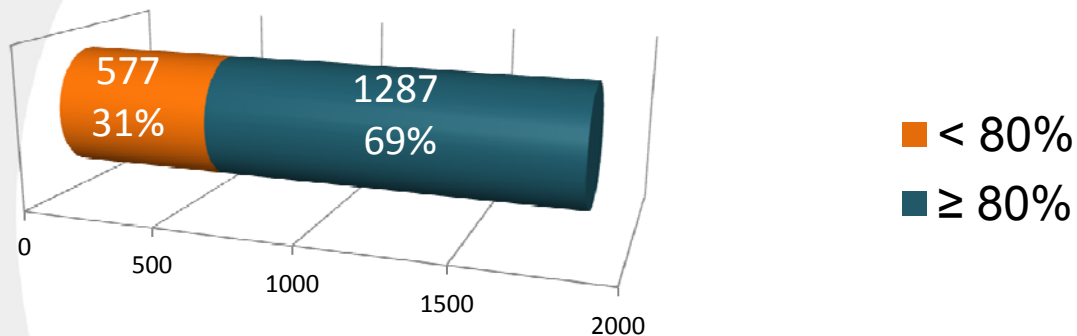
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Alunos com PIT relativamente aos Alunos com CEI no Ensino Secundário

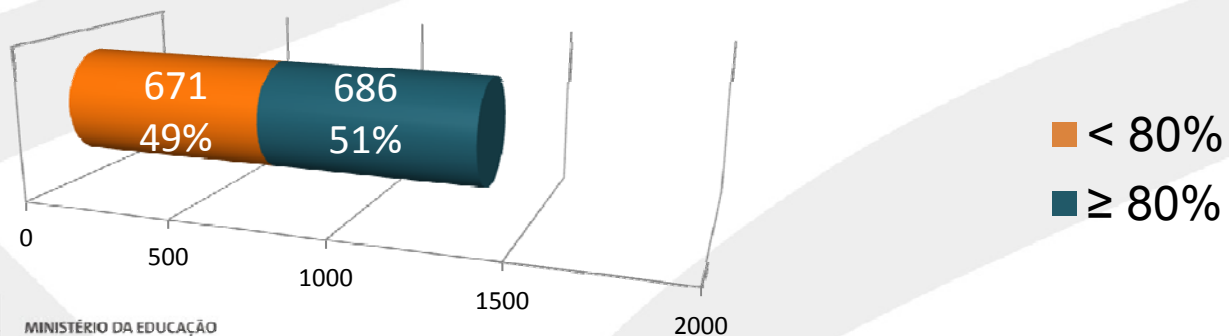


Fonte: DGE

% de tempo de apoio em UAM



% de tempo de apoio em UEE



CRI: Pontos Fortes

Categorias mais frequentemente referidas	Regiões				
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Melhoria do processo de avaliação especializada	3% (n=9)	5% (n=7)	4% (n=20)	-	-
Qualidade do processo de transição para a vida pós escolar	5%(n=12)	3%(n=4)	2% n=8)	-	15%(n=4)
Qualificação e adequação da resposta educativa desenvolvida pelos AE às necessidades dos alunos	11% (n=30)	16% (n=25)	13% (n=63)	2% (n=1)	4% (n=1)
Disponibilização de apoios especializados em contexto escolar	9% (n=25)	10% (n=16)	4% (n=16)	-	4% (n=1)
Comunicação sistemática e eficaz	14% (n=36)	12% (n=19)	13% (n=64)	7% (n=3)	8% (n=2)
Colaboração e articulação entre docentes e técnicos de diferentes áreas.	32% (n=85)	39% (n=62)	32% (n=146)	61% (n=28)	31% (n=8)
Apoio à família	2% (n=4)	-	5% (n=22)	4% (n=2)	-
Oportunidade de maior desenvolvimento profissional	5% (n=12)	4% (n=6)	3% (n=12)	-	4% (n=1)
Qualidade da equipa técnica do CRI	15% (n=39)	6% (n=10)	19% (n=85)	20% (n=9)	19% (n=5)
Estabilidade da equipa do CRI	-	1% (n=2)	4% (n=19)	-	-

Fonte: DGE

CRI: Aspetos a Melhorar

Categorias mais frequentemente referidas	Regiões				
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Horas atribuídas para o processo de avaliação/planificação e implementação do PEI	30%	6%	21%	-	6%
Diversidade, frequência e duração dos apoios especializados	16%	40%	40%	56%	40%
Número de alunos abrangidos pelo PA	3%	7%	2%	5%	-
Processo de implementação e acompanhamento dos PIT	6%	8%	6%	2%	6%
Compatibilização de horários entre os docentes e os técnicos do CRI	5%	7%	3%	-	-
Articulação entre os docentes do AE e os técnicos do CRI	2%	19%	15%	10%	40%
Ações de apoio à Família	3%	10%	4%	5%	0
Acesso e adequação dos recursos físicos e materiais	4%	10%	5%	22%	13%
Ajustar o início de funcionamento do CRI ao início das atividades do AE	2%	-	1%	-	-

Inclusão e Participação: O que sabemos?

As crianças e jovens com deficiência em turmas regulares, em comparação com os seus colegas:

- Experienciam mais restrições à participação nas atividades escolares e extra-escolares;
- Têm, muitas vezes, uma perspetiva mais negativa da escola;
- Têm menos contactos sociais;
- Confrontam-se com mais barreiras ambientais.

O objetivo “Uma Escola para Todos” não está ainda atingido.

Agenda: Medir a Participação

As crianças com deficiência participam nas atividades escolares na mesma medidas que os seus colegas?

- 1ª. Questão: Quais as diferenças na participação nas diferentes atividades escolares?
- 2ª. Questão: Quais as atividades de que as crianças são mais vezes excluídas?
- 3ª. Questão: A que se deve o baixo nível de participação em determinadas atividades escolares?
- 4ª. Questão: Qual a relação entre o apoio prestado e o envolvimento observado, na sala de aula?

Muito obrigada

filomena.pereira@dge.mec.pt